

REFLETINDO SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA EM BUSCA DE COMBATER A DESIGUALDADE SOCIAL

Janaina da Costa Torres
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
janainatorres9@gmail.com

Larissa Santos da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
larissasanto.0@hotmail.com

Introdução

A educação antirracista tem se mostrado cada vez mais essencial em um contexto marcado por desigualdades históricas e estruturais. Ao falarmos do Brasil, um país de profundas raízes coloniais e uma herança de racismo sistemático, a construção de uma educação que combata essas injustiças passa pelo fortalecimento e a necessidade que o Estado, assegure o direito à educação para todos, respeitando a diversidade e promovendo a inclusão.

Buscamos entender a importância de uma educação antirracista e como podemos ajudar a criar reflexões e discussões a cerca desse assunto, com o objetivo de conscientizar e contribuir para que os alunos se dediquem mais nas questões sociais, políticas e econômicas. Ao promover discussões e atividades que abordam o tema democracia, direitos e inclusão, o professor ajuda a criar um ambiente escolar mais inclusivo e diversificado, incentivando a valorização da cultura e dos conhecimentos das comunidades marginalizadas.

A sociedade brasileira tem a diversidade como uma característica e isso se reflete nas escolas, já que é repleta de estudantes de diferentes raças, etnias, culturais e sociais. Entretanto, essa diversidade, ao invés de ser vista como uma riqueza, muitas vezes é utilizada como justificativa para a perpetuação de desigualdades.

Essas desigualdades se manifestam de diversas formas no ambiente escolar, como a falta de representatividade no currículo e o racismo institucional que dificulta o acesso e a permanência de estudantes negros e indígenas na escola. Além de comprometer o direito à educação, já que, na prática, nem todos têm as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver plenamente.

Metodologia

Para a elaboração desse trabalho, foi realizado pesquisas sobre os temas educação antirracista, democracia e direito a educação, com o propósito de compreender mais os conceitos, e dialogar com um referencial teórico que conversarem com a educação de várias maneiras. Para contribuir com essa temática, retornamos a relatórios sobre uma roda de conversa que tinha como o objetivo discutir a educação ambiental crítica. A partir daí foi possível realizar reflexões e entender a importância de abordar essas temáticas em todos os espaços.

Resultados e discussões

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o principal marco legal que assegura o direito à educação, estabelecendo que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, tendo em vista o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Compreendemos a falsa ideia do discurso de que todos nós estamos submetidos da mesma forma aos impactos econômicos, e que todos são afetados da mesma forma. Isso é uma falácia porque visitando o passado compreendemos que historicamente as populações negras e as populações originárias são muito mais afetadas no processo de constituição dos impactos econômicos ocasionados por uma estrutura racista e capitalista. Reconhecendo esse processo de injustiça e desigualdade social que é racializada a partir de processos estruturais históricos nessa sobreposição de classe e raça, não existindo uma distinção.

No livro “*Quarto de Despejo*” de Carolina Maria de Jesus. A forma com que Carolina descreve sua rotina e vivência, possuem conceitos equivalentes, conceitos esses repensado pela população negra a partir de suas experiências e depois passa a ser apropriado pela academia. Sendo assim, a sua obra passa se tornar uma grande pioneira no debate do racismo. E nos reforça o quão deslocado o corpo negro pode ficar em determinados espaços que foram pensados sem a presença dele.

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (JESUS, 2004, p. 33)

A implementação de uma educação antirracista, portanto, deve ser vista como uma responsabilidade de todos os níveis de gestão da educação, desde as escolas até as secretarias municipais e estaduais. É preciso que haja uma articulação entre os diferentes eixos do sistema educacional, para que as políticas antirracistas sejam implementadas integralmente. Além disso, torna-se de extrema importância a participação ativa da comunidade escolar na definição e implementação dessas políticas. Ou seja, estudantes, pais, professores e demais membros da comunidade devem estar envolvidos nos processos de tomada de decisão, para que as políticas educacionais reflitam as necessidades e demandas reais da população.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em um dos seus campi localizado na Baixada Fluminense, foi realizada uma roda de conversa sobre educação ambiental crítica pelo grupo de produção “O trabalho pedagógico na perspectiva da educação emancipatória” coordenado pela professora Wania Gonzalez. Esteve presente nessa atividade professores de escolas públicas da região, estudantes da universidade e três funcionárias da Rede Recicla Verde, uma cooperativa que tem seu trabalho voltado para as questões ambientais, onde sua principal abordagem é a coleta seletiva.

Durante o evento uma das funcionárias foi questionada sobre sua educação formal, se voltaria a estudar atualmente. A resposta foi negativa, explicou que não voltaria a estudar e entende que em sua situação atual não seria possível, pois tem um filho com deficiência que precisa de toda a sua assistência. E o fato de se afastar dele traz consigo o medo de perdê-lo pela violência que ocorre frequentemente no local em que vive, em uma comunidade onde a violência policial é escaldante, onde a população é pobre e negra, e pela sua vivência, reforça que “Quando os tiros começam todo preto se parece.”

Ao refletirmos sobre esse episódio, dialogamos perfeitamente com Carolina Maria de Jesus, que mais uma vez em sua posição de mulher preta e pobre, reforça que:

“...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.” (JESUS, 2004, p. 50)

Considerações finais

A educação antirracista impulsiona a questionar e refletir sobre vários temas, e ao apresentarmos toda a sua potência, reconhecemos a importância de mais debates sobre esse conceito. Com o objetivo de promover uma discussão onde os alunos se sintam sujeitos pertencentes, críticos, confiantes e cientes sobre o lugar de onde vieram, sobre a posição que se encontram e sobre o mundo.

A educação antirracista, deve ser uma prioridade nos Planos Educacionais, já que eles definem metas, diretrizes e estratégias para a melhoria do sistema educacional, com foco na garantia do direito à educação para todos. No contexto de um Estado democrático de direito, os Planos Educacionais devem ser elaborados com a participação da sociedade civil e devem refletir os princípios da igualdade e da inclusão.

Os Planos Educacionais, devem prever ações concretas para combater o racismo no ambiente escolar e para promover uma educação que valorize a diversidade. Isso inclui a formação continuada de professores em educação antirracista, a revisão dos currículos para incluir a história e a cultura afro-brasileira e indígena, e o desenvolvimento de políticas de apoio à permanência de estudantes negros e indígenas nas escolas.

Sendo assim, acreditamos na importância dessa troca dos professores com os alunos, ao apresentar outra forma de discutir questões raciais, sociais e econômicas, entendendo educação antirracista muito além do que talvez possam estar acostumados, entendendo-a como uma grande possibilidade de mudança da realidade de uma sociedade que necessita e merece ser ouvida. O Estado tem a responsabilidade de implementar políticas educacionais que garantam o acesso à educação de qualidade, respeitando e valorizando a diversidade cultural, racial e social. Essa responsabilidade implica não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o sucesso de todos os estudantes.

Referências

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2004.